

OS DESAFIOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO ANTE À GLOBALIZAÇÃO

ANTONIO CARLOS LIMA DURÁN *

Resumo

Os Sindicatos sempre exerceram um papel importante dentro do processo de conquistas dos trabalhadores. Entretanto, nas últimas décadas, vem passando por uma forte pressão face a internacionalização dos sistemas de trabalho e da tecnologia. A globalização da economia, bem como as novas formas de gestão redundam num menor índice de participação do trabalhador no movimento sindical, diminuindo a força destes. Acrescente-se, também, a não atualização administrativa, comportamental e de conhecimento por parte dos sindicatos e sindicalistas. Tendo como pano de fundo as considerações anteriores, procuramos, neste artigo, levar o leitor a uma reflexão sobre o futuro do sindicalismo brasileiro.

Palavras-chave: Sindicalismo, sindicatos brasileiros, transformação do trabalho, globalização.

Abstract

The unions have always played an important role in the process of the workers' conquests. However, in the last decades, they have been submitted to high pressures caused by the internationalization of the work systems and of technology. The globalization of the economy, as well as the new administration ways, results in a smaller of the worker's participation in the union's movement and weaken it. It must be added that both the unions and syndicalists are not up-to-date on the following aspects: administration, behaviour and knowledge. This article, having these aspects as backcloth, aims to take the reader to ponder over the future of the Brazilian syndicalism.

Key-words: syndicalism; Brazilian unions; work transformation; globalization.

* Mestre em Administração, Professor – FEA-PUC-SP, Consultor Empresarial da DMS – Consultores Associados. E-mail: duacl@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A luz das observações e comentários que faremos pretendemos levar o leitor à uma reflexão sobre os caminhos e as condições existentes, no Brasil, para que o movimento sindical brasileiro execute as transformações, necessárias para que se mantenha vivo.

Na história dos movimentos sindicais são conhecidas fases de ascensão e de declínio do sindicalismo, medidas por indicadores como taxas de sindicalização, capacidade de mobilização dos trabalhadores, ocorrência de greves, etc. Esses altos e baixos são motivados pelos ciclos econômicos, por modificações na estrutura de empregos, pelo clima político ideológico, pelos comportamentos das elites políticas com relação aos sindicatos, etc. Desemprego, políticas anti-sindicais, divisões partidárias no interior do movimento operário, rivalidades inter-sindicais, geralmente tiveram como resultado o enfraquecimento do poder sindical. No passado, os movimentos sindicais, de modo geral, souberam superar esses momentos desfavoráveis, alguns dos quais foram particularmente longos. Assim, se as dificuldades atuais por que passam as organizações sindicais se devem notadamente a elementos conjunturais, será possível esperar, no futuro, a recomposição do poder sindical.

A favor dessa alternativa conta o fato de que o sindicalismo dos países do Primeiro Mundo é ainda uma força política e social importante, com recursos ponderáveis e milhões de aderentes. Além disso, como numerosos observadores já salientaram, o sindicalismo pode ser uma força de ordem e previsibilidade nas relações entre empresas e trabalhadores, sendo conhecidas a relação, em alguns países, entre a queda da taxa de greves e o aumento do poder sindical. Um sindicalismo poderoso, que reconheça a legitimidade dos objetivos e necessidades das empresas, pode ser um fator de estabilidade do sistema de relações de trabalho. Se assim é, a inexistência de um interlocutor capaz de falar pelos assalariados pode ser algo que não interessa nem ao Estado nem às Classes empresariais. Consequentemente, apesar das mudanças operadas na área econômica e produtiva, sempre

haveria um espaço para as organizações representativas da "velha classe operária" e das novas camadas assalariadas.

De outro lado, a favor da hipótese do declínio do sindicalismo, não é possível menosprezar os argumentos de natureza estrutural que salientam os novos contextos produtivos ligados à automação e à informática, com seus efeitos sobre as práticas empresariais e sobre a estrutura social, o sistema político, etc. A partir desse ângulo, as sociedades industriais do passado estariam se transformando em sociedades pós-industrial, ou sociedade de serviços, nas quais a indústria não mais ocuparia um lugar central no desenvolvimento econômico. Sendo assim, também o conflito Capital X Trabalho, ainda que possa subsistir nos setores produtivos tradicionais, perderia a sua "centralidade" na determinação da mudança política, do processo de desenvolvimento econômico e da organização da sociedade.

Para tanto faremos um digressão ao passado buscando descrever e analisar dentro de uma realidade mundial, a realidade brasileira, marcada pela situação conjuntural vivida, no sentido de melhor situar nosso pensamento e conclusões.

O PROCESSO HISTÓRICO

NO MUNDO

O último terço do século XX assinala transformações de grande importância no sistema capitalista mundial. Essas transformações não debilitaram a essência do modo de produção capitalista, na verdade, reforçaram-na, uma vez que se acentuou sua característica mundial. Nisso consiste, precisamente, o processo de globalização, nome novo para o antigo processo de internacionalização ou de criação do mercado mundial com o próprio capitalismo.

O aparecimento das empresas multinacionais não é um fenômeno atual embora nunca, como hoje, estas empresas tenham tido a preponderância que tem. Durante muito tempo as aplicações internacionais foram mais importantes que o movimento econômico estimulado pelas multinacionais. Não podemos nos esquecer como se comporta o fenômeno das empresas multinacionais dentro dos movimentos internacionais de capitais e a evolução que vem experimentando tais movimentos.

A existência de empresas multinacionais realizando negócios em vários países tem uma tradição histórica de séculos. As grandes companhias britânicas e holandesas que comerciavam com as Índias são exemplos típicos. No decorrer da época vitoriana a aplicação de recursos em nível internacional desempenhou importantíssimo papel no relacionamento entre países do velho continente e os das regiões recentemente povoadas. Com isto foram se acentuando os movimentos migratórios e os capitais aplicados auxiliaram bastante o desenvolvimento.

Após a primeira Grande Guerra começa a se esboçar profunda modificação na posição dos países aplicadores com a emergência dos Estados Unidos como potência econômica ao passo que os países europeus viam-se obrigados a utilizar grande parte das suas aplicações para saldar débitos e sanear suas economias afetadas pela guerra.

A crise mundial de 1929 provocou entre outras coisas, enorme desconfiança internacional nas relações econômicas e financeiras. A maioria dos países mudou sua atitude em relação à liberdade de comércio e à movimentação de capitais. Desta forma, desfeito o sistema internacional de trabalho: metrópole – manufatura- e colônia- matéria prima que prevalecera até então, muitos países se atiraram à industrialização e, para proteger os produtos de sua indústria, passaram a adotar elevadas taxas alfandegárias para dificultar ou mesmo, impedir a importação de manufaturas estrangeiras capazes de competir no mercado nacional.

Dificultando-se a importação, as empresas de tecnologia mais avançada e de maiores recursos começaram a implantar suas fábricas dentro dos próprios países

protecionistas. Começam, então, sutilmente a se desenvolver as verdadeiras empresas multinacionais criando indústrias capazes de competir com as indústrias domésticas dentro dos países protecionistas.

Depois da segunda Grande Guerra, a expansão das multinacionais norte-americanas acentuou-se consideravelmente, amparadas pelo Plano Marshall, no auxílio aos países arrasados pela guerra e que necessitavam maquinário, mão de obra, “know how” e capitais para sua recuperação.

O fato das empresas multinacionais ou globalizadas controlarem grande parte da produção total dos países, por seu poderio econômico, tecnológico e administrativo fica claro a enorme influência que tais empresas exercem sobre o desenvolvimento dos países receptores de suas atividades.

O que se dá, em nossa época, é o fenômeno do movimento das economias nacionais dentro das fronteiras políticas dos Estados ser, constantemente e a todo instante, ultrapassado pelo movimento das empresas multinacionais, que atuam, com agilidade quase desembaraçada, no cenário do mercado mundial. As leis intrínsecas do modo de produção capitalista manifestam-se, por isso mesmo, com maior intensidade, determinando a mercantilização e a financeirização de todas as relações econômicas e sociais. As alterações verificáveis nas relações de produção não atenuam a essência do modo de produção capitalista; ao contrário, fortalecem seus traços fundamentais, cuja contundência como que se incrementa ao infinito.

As transformações no sistema capitalista mundial decorrem da recente revolução tecnológica em vários campos mas, sobretudo, na informática e nas comunicações. Seus efeitos são observados na organização das empresas, nos métodos de produção, nas relações de trabalho e na política financeira dos governos.

Uma das questões cruciais de tal processo diz respeito à passagem do regime fordista ao regime chamado de produção enxuta (lean production).

A globalização exige aumento da produtividade, redução dos custos, melhoria da qualidade, pessoal altamente qualificado, novas tecnologias etc.

No debate da globalização, um ator social importante, o trabalhador, tem estado ausente de modo sistemático. As entidades que representam seus interesses – Sindicatos em nível nacional e a Organização Internacional do Trabalho – já não possuem o mesmo poder.

O principal método de pressão de que dispunha o trabalhador, a greve, se tornou anacrônico diante de uma realidade social em que o “exército industrial de reserva”, para usar o jargão marxista, se tornou epidêmico e inesgotável. As alterações do mercado de trabalho no decorrer destes últimos 30 anos, a “Terceira Revolução Industrial” ou “Economia Informacional”, criaram o que tem sido chamado de “sociedade global de risco”, caracterizada, entre outros aspectos, pelo desemprego estrutural. Ou como diz o sociólogo alemão Ulrich Beck, a “brasileirização do Ocidente”, processo em que o paradigma do trabalho passa a ser emprego temporário e informal.

Os sindicatos têm sido lentos para responder aos desafios da globalização e da substituição acelerada do trabalho humano pelos computadores. A esses fatores, some-se o fim da Guerra Fria. Os trabalhadores ficaram sem o principal ponto de referência que lhes norteava a ação, o conceito de socialismo, e os Estados capitalistas perderam o medo da revolução comunista internacional, que em oito décadas havia justificado uma série de concessões deles para os trabalhadores.

Na maioria dos países do Ocidente, o temor de que a escassez de benefícios sociais poderia criar instabilidade propícia para a disseminação de idéias marxistas fez com que quase todos os governos investissem em educação, saúde e habitação e criassem redes de segurança contra desemprego e para a aposentadoria.

Essa situação mudou depressa e radicalmente nos últimos 20 anos. A revolução tecnológica, que permitiu, ao mesmo tempo, a globalização econômica e a dispensa

massiva de trabalhadores no campo, nas indústrias e nos serviços, ocorreu junto com a “revolução conservadora” e com a vitória ideológica dos conceitos liberais na Guerra Fria.

A globalização da economia trouxe um obstáculo a mais para a união dos trabalhadores do mundo sonhado por Marx. Por causa dela, empregos nos países desenvolvidos passaram a ser ameaçados pela importação de produtos manufaturados no Terceiro Mundo, onde o custo é menor devido à sua mão-de-obra mais barata. Este aspecto fez dos trabalhadores dos países desenvolvidos aliados aos seus governos nacionais em foros de comércio internacional na exigência de cláusulas trabalhistas na elaboração de acordos. Como exemplo podemos citar a questão da "sobre taxa" para a importação do aço brasileiro e japonês pelos Estados Unidos.

Tais requisitos funcionam como uma espécie de barreira protecionista disfarçada, que ameaça as exportações dos produtos do Terceiro Mundo e, em consequência, prejudica ainda mais as perspectivas de emprego em seus países.

Não foram poucas as transformações vivenciadas nestas últimas décadas, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com fortes repercussões, decorrentes da mundialização e globalização do capital, no conjunto de países do Terceiro Mundo.

O “taylorismo e o “fordismo” já não são únicos, convivendo, no processo produtivo do capital, com o “toyotismo”, o “modelo sueco”, aplicado na Volvo em Uddevalla, entre outros. Tais mudanças têm consequências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e envolvimento da força de trabalho, mostram a necessidade de uma nova postura dos empregados e consequentemente dos sindicatos.

Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados a "economia informal", entre tantas outras existentes. Podemos acrescentar

também o nascimento dos escritórios virtuais, que tanto como os anteriores sistemas de trabalho não apresentam vínculo empregatício. O que os leva a uma individualização extrema na relação capital trabalho.

Estudos mostram que no início do próximo século apenas 25% da população economicamente ativa será de trabalhadores permanentes, qualificados e protegidos pela legislação, outros 25% estarão nos setores informais, pouco qualificados e protegidos pela legislação; os 50% restantes estarão desempregados ou sub empregados em trabalhos sazonais, ocasionais e totalmente desprotegidos.

Se já não bastassem estas transformações, a crise atingiu também diretamente a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos é o principal.

Os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a “revolução técnica” do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência esta ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego.

É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe. Participar de tudo, desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital.

NO BRASIL

Frente às mudanças que está ocorrendo no Brasil na ordem social, econômica e política e as transformações mundiais, assim como ante as dificuldades que atravessa o sindicalismo - representada pelo esgotamento do corporativismo e das posturas de enfrentamento -, os trabalhadores e suas organizações estão obrigadas a assumir as ameaças do presente e do futuro, reivindicando princípios e valores, e revisando concepções, estratégias e meios de ação, para reativar os sindicatos como instrumentos válidos na defesa dos direitos dos trabalhadores a conquista de melhores condições de qualidade de vida no trabalho, contribuir positivamente para a modernização, redução do desemprego e maior participação dos trabalhadores nas decisões que lhes diz respeito.

Os sindicatos não se ajustaram às novas características dos trabalhadores onde encontramos um contingente maior de mulheres, o crescimento do setor de serviço, uma força de trabalho com melhor formação e informação. O trabalhador de hoje é diferente, com mais conhecimento e mais exigente. O sindicato permaneceu, na sua grande maioria, com o mesmo pensamento e ação.

A menos que as estruturas sindicais se modernizem e deixem de lado a política de organização de massas – grandes assembleias ocasionais, discursos hostis e nenhum trabalho corpo a corpo, com respostas à problemas como condições de trabalho – haverá, em todos os países que vivem hoje uma sociedade global e competitiva, um declínio do poder.

Neste sentido, os sindicatos lutam contra sua própria dificuldade em se adaptar aos novos tempos e abandonar antigas lutas que garantiam direitos aos trabalhadores mas que hoje não garantem mais o emprego do mesmo.

Os sindicatos não podem mais se esquivar e omitir-se é preciso que tomem posições práticas e claras, não mais pensando apenas na harmonia com os objetivos dos trabalhadores, mas também com os objetivos da empresa empregadora, no sentido de manter e criar novos postos de trabalho.

O movimento sindical, como os movimentos sociais e políticos, é sempre o resultado do encontro entre uma vontade e uma realidade. Os elementos estruturais, de natureza tecnológica e econômica, criam apenas o cenário onde o sindicalismo atua. Esse cenário não é o resultado de forças irreversíveis que escapam do controle dos atores. Em larga medida, o cenário atual é resultado das ações e da vontade dos homens. Muitas alternativas se abrem para as lideranças sindicais. Há um campo de opções que são capazes de influir sobre o destino da instituição sindical. As lideranças sindicais não só refletem um dado contexto mas operam sobre ele. Se assim é, o futuro do sindicalismo dependerá do que as lideranças fizerem hoje. Um correto diagnóstico das transformações do mundo contemporâneo, capaz de informar as estratégias sindicais, torna-se, portanto, mais importante do que nunca.

Para agravar a situação gerada externamente, o Brasil passa por uma tendência já experimentada em outros países: o emprego industrial decresce em função de modernos métodos de produção e da automação. Assim a grande massa de trabalhadores, antes vestida de macacões de operário e sem chances de ascensão pessoal, assume um perfil de colarinho branco em trabalhos administrativos e técnico especializado. Esse novo trabalhador passa a manifestar valores típicos dessa condição: valorização do consumo, da carreira individual, desejo de progredir, anseios de obter de sua entidade de classe algo além do que um discurso de confronto. O sindicalismo está em crise porque tem dificuldade em lidar com este novo perfil. No fundo é o velho dilema entre o sindicalismo ideológico e o pragmático. A pulverização crescente do contingente de empregados que partiu para a sobrevivência fora das empresas por demissão ou aposentadoria é um grande complicador no trabalho sindical. Some-se a isso a entrada de mão-de-obra feminina especializada, com valores bem diferentes daqueles empregados por velhas lideranças que fizeram sucesso em porta de fábrica. E ainda a chegada de uma nova geração, criada sem apego à idéia de fidelidade a uma profissão ou empresa.

A abertura de mercado, no começo dos anos 90, colocou as empresas brasileiras em xeque, diante da concorrência dos produtos estrangeiros. Tornou-se imperativo e urgente inovar com vistas ao incremento da produtividade. A indústria procurou inovar buscando

saídas para a crise vivenciada. Encontramos a adoção da horizontalização da produção, a terceirização da mão de obra, em alguns casos como o da Volkswagen, que se bem sucedido, tratar-se-á de inovação em âmbito mundial, passando de montadora a detentora de grife. Outro elemento introduzido é a formação de células de trabalho o que implica a sua integração com operários multifuncionais, capazes de encarregar-se, em rotação, de várias funções e máquinas ao mesmo tempo. A robotização da produção, do controle estatístico de processo e de outros dispositivos direcionados à elevação qualitativa da produção. Da exigência de primeiro ciclo completo passou-se à exigência generalizada do segundo ciclo completo. Além da demanda de mão de obra com qualificação formal superior e em alguns casos com pós-graduação.

No conjunto, para o movimento sindical brasileiro, as últimas décadas estão longe de serem consideradas como perdidas. Aumentou o número e a proporção de trabalhadores sindicalizados, houve a mobilização e a extensão do sindicalismo para categorias até então refratárias à participação em atividades sindicais, como os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e muitas categorias habitualmente consideradas de classe média, notadamente no setor de educação e saúde.

Por outro lado, a formação das centrais sindicais possibilitou a emergência de um poder sindical no País, com razoável capacidade de pressão sobre o sistema político nacional. Houve, pois, o aparecimento de um novo ator político constituído pelas lideranças das centrais sindicais e dos grandes sindicatos.

Entretanto, as condições que haviam favorecido o surgimento do poder sindical mudaram radicalmente. Esquemáticamente, os seguintes elementos parece que irão delinear a presente década e caracterizar o cenário em que deve atuar o sindicalismo brasileiro;

1. Persistência da situação recessiva com índices elevados de desemprego;
2. Abertura de mercado, integração regional (Mercosul), com intensificação da concorrência e aumento das pressões a favor de maior flexibilidade e desregramento das relações do trabalho;

3. Intensificação das políticas empresariais de integração do trabalhador à empresa e de novas técnicas de gestão;
4. Fim dos regimes socialistas e crise das concepções socialistas e progressistas que atribuíam ao Estado papel central no desenvolvimento econômico e na vida social;
5. Desencanto do eleitorado com a política, os partidos e os políticos em geral, e eventualmente, com o regime democrático.

Talvez a questão central para qualquer prognóstico relativo ao futuro do sindicalismo brasileiro poderia ser resumido nessa indagação: as medidas de reajustamento econômico, de modernização industrial, de privatizações e de retirada do Estado de numerosas atividades devem ser entendidas fundamentalmente como resultado de uma ação deliberada do atual governo com a finalidade de atender a interesses externos e a grupos nacionais a eles ligados ou devem ser entendidas como tentativas de respostas (ainda que desastrosas) a necessidade impostas pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento anterior?

Se considerarmos que as políticas de privatização e de abertura do mercado derivam especialmente das características dos grupos que ocupam o governo, quer dizer, de um ato de vontade política, a ascensão de forças político-partidárias antagônicas eliminaria grande parte dos problemas atuais da economia brasileira e por tabela, do sindicalismo. Se assim for, logicamente, a atuação no sentido de conseguir a substituição da composição política que atualmente controla o governo deveria ser uma das prioridades do sindicalismo brasileiro. Mas, se considerando que as mudanças, ou tentativas de mudanças, respondam a requisitos mais profundos da época contemporânea, o movimento sindical deve colocar na ordem do dia o tipo de estratégia adequada a um processo de transformação que é relativamente autônomo das forças políticas que ocupam o aparelho estatal.

O governo cada vez mais se afasta do modelo que tem nele o elemento central de distribuição de benefícios e de resolução de conflitos. A proteção da indústria

fundamentada na nas restrições de importação já não existem. A economia esta aberta e caracterizada por uma competitividade sujeita a coeficientes de qualidade mais elevados.

Com esse panorama, os sindicatos estarão condenados à derrota sempre que se posicionarem de modo totalmente contrários a mudanças que visem a reorganização da economia e o aumento da competitividade das empresas. Como aconteceu em toda parte, todas as vezes que os sindicatos, em nome de interesses de tipo corporativos, tentam se opor ao progresso técnico e à modernização econômica, acabam por ser derrotados. Nesse quadro, as estratégias de contestação e de recusa da participação e da apresentação de propostas alternativas, por um lado, e as reivindicações que tendem a desconsiderar as possibilidades da economia e das empresas, por outro, dificilmente apresentarão os mesmos resultados do que num passado recente.

Aparentemente, as ações que podem oferecer os melhores resultados numa conjuntura recessiva e de mudança tecnológica desfavorável para o sindicalismo, implicam estratégias que aceitam a legitimidade do lucro, não se opõem à mudança tecnológica e ao aumento da produtividade, mas que procuram resguardar os interesses dos trabalhadores afetados pela modernização das empresas. Na prática, orientações dessa natureza tenderão a levar a uma redução do coeficiente de conflito e ao aumento da colaboração nas relações com as empresas e com o Estado. Mas deverão levar também a uma preocupação maior, por parte dos sindicatos, pelos problemas dos trabalhadores enquanto consumidores, o que significará, de alguma maneira, um enfraquecimento da prática sindical de defesa dos interesses corporativos relacionados a segmentos das classes trabalhadoras (o tradicional sindicalismo dos produtores) e o fortalecimento do se poderia denominar de “sindicalismo dos cidadãos”. Entre nós, dada a dimensão dos problemas sociais que atingem milhões de trabalhadores não protegidos pela legislação e pela ação sindical, a atenção a esses aspectos parece mais importante do que nos países do Primeiro Mundo.

De todo jeito, quaisquer que sejam as orientações sindicais que venham a predominar no próximo período, parece difícil que os sindicatos possam desenvolver uma atuação mais ofensiva, visando a obtenção de novas conquistas.

Mas, apesar do contexto econômico e político desfavorável, entendemos que o sindicalismo brasileiro, em comparação com outros países, possui algumas vantagens comparativas que, paradoxalmente, vêm precisamente de sua maior institucionalização, de sua condição de instituição altamente protegida, dado que enfraquece seu lado de “movimento social”, mas fortalece seu lado de “agência social”, de prestador de serviços e de representante legal do conjunto dos trabalhadores.

Consequentemente, a nosso juízo, o sindicalismo brasileiro, como instituição, tem elementos de defesa que estão amplamente ligados ao modelo sindical estatal-corporativo. A hipótese, aqui é de que, numa conjuntura econômica particularmente desvantajosa para os sindicatos – que sofrem os impactos negativos de forças que partem do mercado e não do sistema político – a velha carapaça corporativa constitui um elemento de proteção mais eficaz do que a capacidade de organização e de pressão dos trabalhadores nas conjunturas depressivas. Ocorre que a Constituição de 1988 acabou por criar um sistema híbrido de relações de trabalho e de organização sindical, em que se confundem elementos de inspiração liberal (maior liberdade de criação de novos sindicatos, o fim da subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, a figura do árbitro, etc.) com outros de inspiração corporativa (o monopólio da representação, o sindicato único, a contribuição sindical, o poder normativo da Justiça do Trabalho, etc.). Essa combinação não só fez do sindicalismo brasileiro, como salientamos, uma instituição altamente protegida mas aumentou consideravelmente o poder das lideranças sindicais.

É difícil um prognóstico sobre a continuidade desse modelo híbrido mas é provável que nos próximos anos, avolumem-se as pressões para a alteração da situação criada pela Constituição de 1988, pela qual Estado legitima e sustenta a organização sindical mas não controla nem interfere em sua prática. Assim, de parte das lideranças sindicais, a retórica contra a estrutura corporativa, relativamente forte no período precedente, tenderá a se atenuar, com os sindicatos, mesmo os mais radicais, tendendo a recorrer com mais frequência à proteção legal e aos tribunais do trabalho. Por outro lado, é possível contar, no próximo período, com maiores pressões de forças políticas e empresariais a favor de uma

revisão do modelo corporativo e da legislação que aumenta o poder sindical e engessa as relações do trabalho no interior das empresas. Acreditamos, aqui, que as pressões de tipo neo-liberal, que se manifestam em outros campos, deverão ocorrer igualmente no da organização sindical e no das relações do trabalho.

Essas observações são forçosamente muito gerais. Além das mudanças que advém da rapidez da introdução de novas tecnologias e procedimentos produtivos e mercadológicos, o fim dos regimes socialistas e os problemas inesperados daí originados baixou consideravelmente o coeficiente de previsibilidade num mundo que se tornou mais dependente de soluções transnacionais. Cada país, bem mais do que no passado, é afetado por mudanças externas que escapam quase inteiramente a soluções nacionais. Nesse quadro, as transformações no campo da economia, da tecnologia, da organização das empresas, e por extensão da política nacional, efetuam-se num ritmo e numa extensão difíceis de serem previstos. O sindicalismo deverá aprender a viver em sociedade em processo de rápida transformação derivada de iniciativas que partem das grandes organizações empresariais e sobre as quais têm escassa capacidade de controle.

Trata-se de uma questão crucial para as estratégias do sindicalismo brasileiro neste final de século. Se considerarmos que as políticas de privatização e de abertura do mercado derivam especialmente das características dos grupos que ocupam o governo, quer dizer, de um ato de vontade política, a ascensão de forças político-partidárias antagônicas eliminaria grande parte dos problemas atuais da economia brasileira e por tabela, do sindicalismo. Se assim for, logicamente, a atuação no sentido de conseguir a substituição da composição política que atualmente controla o governo deveria ser uma das prioridades do sindicalismo brasileiro. Mas, se considerando que as mudanças, ou tentativas de mudanças, respondam a requisitos mais profundos da época contemporânea, o movimento sindical deve colocar na ordem do dia o tipo de estratégia adequada a um processo de transformação que é relativamente autônomo das forças políticas que ocupam o aparelho estatal.

Esta questão vincula-se a outras; o modelo nacional-populista de relacionamento entre as classes e grupos sociais – que situava o Estado como o elemento central de distribuição de benefícios e de resolução de conflitos – está esgotado? O modelo de crescimento industrial fundado na substituição de importações, com fronteiras econômicas fortemente protegidas da concorrência externa, teria condições de ser mantido? Se a resposta for positiva, a estratégia sindical deveria estar voltada fundamentalmente para o restabelecimento do modelo que começou a ser montado a partir de 1930, o que implicaria, no plano ideológico, a valorização do nacionalismo, do intervencionismo estatal e do corporativismo sindical. Se a resposta for negativa, caberia indagar que tipo de estratégia sindical seria adequada para uma economia mais aberta e sujeita a coeficientes de competitividade mais elevados.

Entendemos que os sindicatos devem pressionar e junto com os órgãos governamentais, empresas privadas fazerem seus próprios esforços para educarem e desenvolverem os trabalhadores, permitindo que estes possam encontrar uma nova posição no trabalho, manter o atual emprego e, principalmente, preparar os trabalhadores para o próximo milênio onde não haverá espaço para países que não possuam mão de obra qualificada.

Os sindicatos serão essenciais caso consigam se adaptar rapidamente às mudanças que estamos vivenciando, trabalhando para apontar correções necessárias no atual processo de globalização.

Mais do que nunca, o futuro da instituição sindical dependerá das opções estratégicas que as suas lideranças fizerem hoje. Tendo como a mais importante a qualificação do seu corpo diretivo e colaboradores mais importantes.

Assim, os prognósticos relativos ao futuro do sindicalismo, brasileiro, decorrem em ampla medida da ênfase que se atribuir aos elementos de caráter estrutural em comparação com os de caráter conjuntural.

BIBLIOGRAFIA

RODRIGUES, Leôncio Martins - DESTINO DO SINDICALISMO, edusp 1999 - 1ª edição

RODRIGUES, Iram Jácome - O NOVO SINDICALISMO, Editora Vozes /Educ 1999 - 1ª edição

ANTUNES, Ricardo - ADEUS AO TRABALHO? - Cortez Editora , 1997

PASTORE, José - A AGONIA DO EMPREGO - Editora LTR

MASI, Domenico de - A SOCIEDADE PÓS INDUSTRIAL - Editora Senac, 1999 1ª edição

OSWALD, Rudolf A.e Doherty, William C. - AJUSTES ESTRUTURAIIS NA DÉCADA DE 90 E AS RESPOSTAS DO MOVIMENTO SINDICAL, Edição ICT/AFL-CIO, 1991